



Aprovado relatório Teixeira sobre Ultraperiféricas

Nuno Teixeira viu o seu relatório sobre as regiões ultraperiféricas aprovado por expressa maioria em Estrasburgo

Pg. 12

EDITORIAL CARLOS COELHO

SALVAR SCHENGEN

Schengen é uma pequena povoação luxemburguesa com 400 habitantes. Tendo aí sido assinado (em 1985) o 1º Acordo de Schengen, ficou como **símbolo da livre circulação**.

Todos nós, cidadãos europeus, **podemos deslarmo-nos livremente** em todo o Espaço Schengen **sem controlos nas fronteiras internas**. Ficam na memória das gerações mais velhas de portugueses as enormes filas entre Portugal e a Espanha e os controlos para detectar o excesso de caramelos...

Mais de 60% dos cidadãos identificam Schengen e a livre circulação como **a principal conquista do projecto comunitário**. Não o Euro nem o Mercado Interno... Por uma vez, quem ganha não é a Europa da economia mas a Europa dos cidadãos !

Mas é essa **conquista que está ameaçada pelo Conselho** (os governos dos Estados-Membros).

Schengen tem **dimensão europeia** e é claramente do **interesse comum** mas o Conselho quer **reduzi-lo às dimensões nacionais**, quer multiplicar os pretextos para reintroduzir controlos de fronteiras, quer limitar os instrumentos de avaliação à esfera intergovernamental e ameaça a liberdade de circulação.

Hoje, ser europeu, é lutar por **salvar Schengen !**

Carlos Coelho e Regina Bastos contra empresas que não respeitam os consumidores

Pg. 8



Paulo Rangel Defende apoio à Guiné-Bissau

Pg. 2

Patrão Neves lança concurso Slogotipa-te

Pg. 15

Paulo Rangel pede à União Europeia para apoiar a Guiné-Bissau

O Vice-presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD abriu o debate sobre a **situação na Guiné-Bissau** que decorreu durante a sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

Na abertura do debate Paulo Rangel afirmou: *“Estamos em total sintonia com as posições de diversas organizações internacionais e do Governo português. **Condenamos firmemente o golpe de Estado de 12 de Abril, exigimos a reposição da ordem constitucional** e a retoma de funções por parte do governo legítimo, a realização da segunda volta das eleições e a **libertação dos detidos**”.*

Paulo Rangel dirigiu uma palavra de conforto e esperança ao povo guineense, referindo que *“o povo guineense sofre duplamente porque tem os seus problemas próprios e porque existe uma grande falta de visibilidade internacional desses problemas. A comunidade internacional deveria estar mais atenta às suspeitas fortes de que **no país existem bases de narcotráfico** que afectam os guineenses, a região e também os continentes europeu e americano”.*

Paulo Rangel fez questão de referir *“**que o povo guineense não está só**”*, manifestando assim a solidariedade pessoal e também institucional, em nome da delegação portuguesa do PSD e do Grupo PPE.

O deputado ao Parlamento Europeu referiu-se ainda à tomada de posse de um **governo de transição**: *“queremos também afirmar veementemente que se trata de uma **solução que não é aceitável pois legitima o golpe de Estado**”.*

Paulo Rangel aproveitou igualmente para lamentar o tempo que o Parlamento demorou para agendar o debate (mais de um mês) sublinhando que o Grupo PPE, pelo contrário, deu, desde o início, o maior acompanhamento à situação. *“O Parlamento tem que ter maior agilidade na marcação dos debates em particular dos urgentes e que dizem respeito a questões essenciais como os **Direitos do Homem, a Paz, a Democracia e***



a estabilidade constitucional. Queria sublinhar que quer como Vice-Presidente do grupo PPE, quer como chefe da delegação portuguesa do PSD, temos acompanhado e

discutido a situação na Guiné-Bissau”.

No debate que contou com a presença de Nicolai Wammen, Ministro dinamarquês dos Assuntos Europeus (em representação da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton) colocou diversas questões de natureza política e de carácter humanitário: *“qual a posição da Presidência relativamente **a solução governo de transição e que meios de cooperação foram colocados à disposição das autoridades da região no sentido de contribuir para a salvaguarda da paz e da Democracia no país?**; **Que mecanismos foram ou serão accionados para salvaguardar as condições de vida e de segurança interna dos deslocados?**; - **Que instrumentos e canais de ajuda financeira está a Comissão a estudar para ajudar directamente o povo guineense?**”*

Paulo Rangel levou “Acordo -Quadro Parlamento Comissão” ao Parlamento Britânico

O Deputado **Paulo Rangel**, levou o **Acordo Quadro Parlamento Comissão** às duas Câmaras do Parlamento Britânico no âmbito de uma visita de trabalho da Comissão dos Assuntos Constitucionais a Londres.

A visita incluiu encontros com o Ministro de Estado responsável pelos Assuntos Europeus e a NATO, David Lidington, bem como com diversos Deputados e Membros da House of Lords.

Com a entrada em vigor do também chamado “Tratado dos Paramentos”, o Acordo assumiu uma relevância especial uma vez que se tratou de definir as relações entre duas instituições numa altura em que o Parlamento Europeu

recebe novos poderes, nomeadamente no processo legislativo, sendo colocado a par do Conselho Europeu.

Entre outros, são pontos-chave do sucesso da equipa negociadora os seguintes: nas negociações internacionais a inclusão de disposições pormenorizadas tendo em conta o reforço do papel do Parlamento Europeu, tanto em matéria de acesso à informação como na participação em conferências internacionais, o acesso do Parlamento a informações confidenciais e a revisão de todas as propostas pendentes no início do mandato da nova Comissão, a fim de as confirmar politicamente ou retirá-las, tendo em conta as opiniões expressas pelo Parlamento Europeu. 

“Primavera Árabe ou Primavera Islâmica?”

O Eurodeputado **Mário David no Egito**, no dia em que se iniciou a Campanha Eleitoral para as Eleições Presidenciais

O eurodeputado do PSD e Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com os países do Maxereque Mário David, presidiu a uma Delegação de 6 Deputados Europeus de todos os quadrantes políticos ao Egito. O primeiro dia da visita coincide com o começo oficial da campanha eleitoral para as eleições presidenciais.

Neste regresso ao Cairo, Mário David afirma que *“a União Europeia está empenhada em estreitar a cooperação em todas as áreas com o Egito, mas tal depende da vontade dos próprios egípcios, que é obviamente soberana. Esta Delegação do Parlamento Europeu vai ao Cairo para se encontrar com todas as forças políticas eleitas para o Parlamento, com os candidatos às elei-*

ções presidenciais, e com os agentes políticos e militares envolvidos na redação da futura Constituição egípcia.”

Acrescenta ainda o eurodeputado português: *“mas os povos da margem sul do Mediterrâneo que se revoltaram para restaurar a sua dignidade e liberdade, sabem que a União Europeia colocará sempre esses valores e a sua defesa diante de outros interesses, sejam eles geo-estratégicos ou comerciais! Ainda não percebemos se estamos a testemunhar uma Primavera Árabe ou uma Primavera Islâmica!”*

A Delegação do Parlamento Europeu teve encontros agendados com os candidatos presidenciais, com os Presidentes das Câmaras alta e baixa do Parlamento, partidos políticos com representação parlamentar, com os líderes da comunidade Muçulmana (nomeadamente com o Sheik Ahmed El-Tayeb, Grande Imã

de Al-Azhar) e Igreja Copta, bem como encontros com ONGs, Embaixadores europeus acreditados, representação da UE no Cairo, estudantes universitários e organizações juvenis. [E](#)



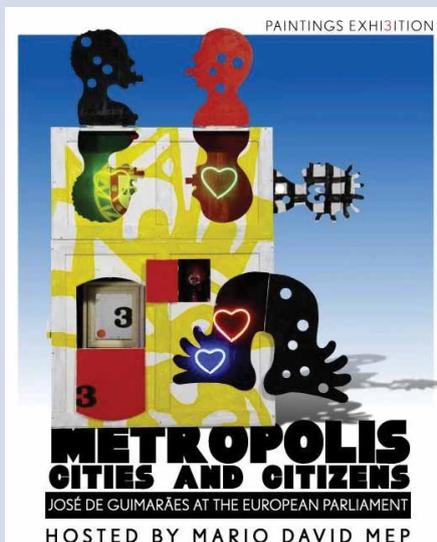
“Parece-me absolutamente fundamental não esquecermos a importância histórica da Arte como veículo e motor da mudança na sociedade”

Mário David na abertura da Exposição de José de Guimarães

O Deputado Mário David foi o anfitrião no Parlamento Europeu duma exposição de pintura do conceituado artista português José de Guimarães, que decorreu entre os dias 27 e 29 de Março de 2012. A Exposição intitulada *“METROPOLIS- Cities and Citizens”* pretendeu trazer ao coração da democracia Europeia a Arte Contemporânea portuguesa, mostrando o que actualmente é produzido no nosso país aos nossos parceiros comunitários. O eurodeputado Mário David proferiu um pequeno discurso na abertura da Exposição que poderá ler na íntegra seguidamente:

“Caras e caros amigos,

Parece-me absolutamente fundamental, principalmente neste momento difícil que



o nosso país e a Europa atravessam, não esquecermos a importância histórica da Arte como veículo e como motor da mudança da

sociedade, pelo seu efeito congregador e de repositório da alma, do nosso Povo, que soube fundar culturas e saberes provenientes um pouco de todo o planeta, desde a Ásia, às Américas e a África.

Esta fusão cultural, ao qual poderíamos chamar o “melting pot” português, que ao contrário do norte-americano, passou por um longo processo de maturação de séculos, atribuiu-nos particularidades, simbioses e uma visão únicas da realidade enquanto POVO e NAÇÃO que não encontramos plasmadas noutros países ou Nações!

Considero que a Obra de José de Guimarães é um excelente espelho desta nossa visão e sentir do mundo, à qual José de Guimarães, com a sua notável mestria e riquíssima experiência pessoal, com um traço inconfundível, deu um cunho particular que resultou numa Obra com mais de 40 anos.”

Regina Bastos apoia Dotação Europeia para a Democracia

Em Maio de 2011, após os acontecimentos no Sul do Mediterrâneo, a Alta Representante Catherine Ashton e o Comissário Stefan Füle apresentaram a ideia de uma Dotação Europeia para a Democracia (DED).

O objectivo é a criação de uma entidade semi-autónoma que possa apoiar os defensores da democracia bem como os desenvolvimentos democráticos por todo o mundo.

A criação deste novo fundo constitui um meio mais adaptado e mais eficaz do que uma revisão dos instrumentos existentes, em particular o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH).

A Deputada Regina Bastos afirmou:

"A criação deste novo fundo constitui um



meio mais adaptado e mais eficaz do que uma revisão dos instrumentos existentes,

em particular o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH).

Deverá garantir-se que o DED desempenhe funções de sinergia e complementares relativamente ao trabalho desenvolvido pelas instituições da UE, incluindo o Parlamento Europeu, pelos Estados-Membros, pelas suas agências e pelas fundações por si financiadas.

O DED deverá consagrar especial atenção à participação das mulheres no processo de reforma democrática, apoiando as organizações de mulheres e os projectos, como o combate à violência, a criação de emprego e a participação política, alargando o acesso igualitário à justiça e à educação e prevenindo ou erradicando as violações existentes dos direitos das mulheres."

Após o assassinio em massa do seu próprio povo, o Presidente Bashar Al Assad da Síria agora rapta e torna reféns os seus cidadãos!

Comentando a situação na Síria, o euro-deputado **Mário David** afirmou: "Quando se tornou claro que o Coronel Kadhafi estava a perder terreno, o mundo testemunhou a deserção diária dos membros do seu Gabinete, Altos Oficiais e Embaixadores em todo o mundo. Aparentemente, o Presidente Assad aprendeu a lição e despercebidamente tenta certificar-se que estes episódios não se repitam: após a partida do seu Vice-Ministro do Petróleo e de alguns militares de altas patente que se uniram à oposição nos últimos dias, Bashar Al Assad anunciou a retirada dos seus Embaixadores dos Estados Membros da União Europeia como medida preventiva, antes que os mesmos fossem expulsos como persona non grata. Mas a realidade é bem diferente!

As ordens que foram dadas aos Embaixadores Sírios em todo o mundo, foram de enviarem as suas famílias para Damasco, para que pudessem tornar-se reféns no seu próprio país, cerceando desta forma a liberdade e o comportamento dos Embaixadores que estão agora constrangidos por esta decisão intolerável! O que podemos dizer acerca deste Governo? Somente que se encontra em desespero... Tentando prolongar a agonia, à custa de uma opressão implacável e de milhares de vidas. De igual forma, e como prova da falta de confiança e da suspeição que existe dentro do sistema e da luta entre os líderes do regime, a primeira-dama Asmaa e os seus três filhos não foram autorizados a deixar o país, para um lugar mais seguro!

O fim aproxima-se e finalmente a liberdade prevalecerá na Síria!"



Horizonte 2020: Graça Carvalho nomeada Relatora para o programa específico de execução



Maria da Graça Carvalho, que integra a Comissão da Indústria, Investigação e Energia do Parlamento Europeu, foi confirmada pelo Grupo do Partido Popular Europeu (PPE), como Relatora para o programa específico de execução do Horizonte 2020.

Neste sentido, Maria da Graça Carvalho reagirá ao texto que a Comissão Europeia apresentou em 30 de Novembro de 2011 e irá “definir os modos de participação e os detalhes” das três prioridades estabelecidas no Horizonte 2020: a «**Excelência Científica**», a criação de «**Liderança Industrial**» e respostas aos «**Desafios Societais**». Enquanto o Programa-Quadro Horizonte 2020 define o objectivo geral, o Programa Específico de execução, da responsabilidade de Graça Carvalho, definirá os objectivos específicos, as prioridades e as linhas gerais das actividades das três prioridades.

A deputada pelo PSD afirma que “este relatório

é crucial para a Europa pois ditará as prioridades europeias em matéria de ciência e inovação até 2020”. Graça Carvalho também considera que este relatório “pode ter um papel fundamental para que os investigadores mais competentes e mais preparados se sintam aliciados a participar”.

No passado 30 de Novembro, a **Comissão Europeia anunciou o aumento do financiamento para a investigação e inovação**, uma maior simplificação e uma distribuição equilibrada entre os três pilares fundamentais: ciência, desafios societais e indústria.

Para Maria da Graça Carvalho, o Programa-Quadro Horizonte 2020 é “**o motor para o crescimento e o emprego que a Europa precisa**”. Acrescenta também que Horizonte 2020 “confirmará a União Europeia como líder mundial no domínio da ciência com um orçamento proposto pela Comissão Europeia de 24,6 mil milhões de euros; e

“contribuirá para assegurar a liderança industrial em matéria de inovação”, com um orçamento de 17,9 mil milhões de euros. Também, segundo a Comissão Europeia, 31,7 mil milhões de euros vão ser destinados à ciência e inovação na área dos grandes desafios societais, tais como: saúde, alterações demográficas e bem-estar; segurança alimentar, agricultura sustentável, investigação marinha e marítima e bioeconomia; energia segura, não poluente e eficiente; transportes inteligentes, ecológicos e integrados; acção climática, eficiência na utilização dos recursos e matérias-primas; e sociedades inclusivas, inovadoras e seguras.

Neste período Maria da Graça Carvalho reunirá e ouvirá os vários parceiros europeus, universidades, centros de investigação e empresas. Esta consulta pública terá como objectivo recolher contributos sobre o Horizonte 2020. 

Grupo de amizade parlamentar CV/UE analisam parceria especial (RTC)

Maria da Graça Carvalho e os deputados europeus Nuno Melo e Inês Zuber, mantiveram um encontro em Bruxelas com o **Primeiro-ministro de Cabo Verde**, José Maria Neves, no âmbito da sua visita à Europa.

Entre os assuntos tratados durante o encontro, cumpre destacar o reforço da parceria especial com a Europa.

Para além do eixo segurança/estabilidade constantes da parceria, Cabo Verde pretende, entre outras áreas, desenvolver a cooperação no domínio das novas tecnologias de comunicação para dinamizar a sociedade de informação e conhecimento.

Maria da Graça Carvalho, co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE (África, Caraíbas, Pacífico - União Europeia), constituiu em Junho de 2010, o Grupo de Amizade com Cabo Verde no Parlamento Europeu. Com esta iniciativa, a deputada pretende, "aprofundar as relações entre Cabo Verde e a União



Europeia em matérias de desenvolvimento sustentável, energia, investigação científica, educação e política de vizinhança, entre outros".

Durante a sua visita à capital europeia, o Primeiro-ministro José Maria Neves reuniu

também com o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.

Na imagem, Maria da Graça Carvalho com o Primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, e com a embaixadora de Cabo Verde na Bélgica, Maria de Jesus Mascarenhas. 

Carlos Coelho preocupado com as "Crianças de Rua"

O Deputado **Carlos Coelho** questionou a Comissão Europeia sobre o **flagelo das crianças de rua** na Europa e no Mundo.

De acordo com dados do Instituto de Apoio à Criança, em Portugal foram encontradas no ano passado mais de 100 crianças nas ruas de Lisboa para além de muitas outras denúncias de menores que fugiram das instituições ou simplesmente deambulavam pela cidade.

O fenómeno das crianças de rua afecta mais de 100 milhões de crianças em todo o mundo, estando em causa o seu direito à alimentação, à saúde, à educação e à não discriminação.



Por ocasião da celebração do dia Internacional das crianças de rua, dia 12 de Abril, o eurodeputado social-democrata solicitou à Comissão Europeia alguns esclarecimentos nomeadamente:

- "quais as iniciativas previstas pela Comissão Europeia para sensibilizar os cidadãos europeus para este problema social?

- que medidas, projectos ou fundos europeus têm sido canalizados ou que se prevê que venham a ser afectados para apoiar os Estados-Membros (sobretudo num período de crise económica e financeira), para combater o fenómeno das crianças de rua?

- qual é a prioridade dada a esta matéria no quadro das ajudas ao desenvolvimento e da política de cooperação e vizinhança da UE para ajudar os países fora da UE em que este problema encontra maior expressão?"

Valorização dos bio-resíduos pode promover criação de mais emprego na UE

Numa intervenção sobre “Estratégia Europeia para os bio-resíduos: O futuro da reciclagem de resíduos orgânicos” no VI Fórum Nacional de Resíduos, o eurodeputado **José Manuel Fernandes** defendeu **aposta prioritária na valorização dos bio-resíduos**, tendo em vista o combate às alterações climáticas e protecção dos solos, produção de energia e criação de emprego.

A gestão dos resíduos tem implicações relevantes no domínio social e económico, além do impacto ambiental. A ideia foi defendida pelo eurodeputado José Manuel Fernandes no VI Fórum Nacional de Resíduos, que decorreu Centro de Congressos da Universidade Católica, em Lisboa. Está em causa um potencial de grande importância para o combate às alterações climáticas e protecção dos solos, produção de energia e, também, criação de emprego.

“A indústria de reciclagem, considerando um volume de 10.000 toneladas de resíduos, cria até 250 empregos, em comparação com a criação de 20 a 40 empregos no caso de incineração dos resíduos e de cerca de 10 empregos caso sejam depositados em aterros”, apontou o eurodeputado, autor do relatório do Parlamento Europeu sobre a gestão dos bio-resíduos - que defende uma Directiva específica sobre esta matéria e a criação de um sistema de recolha selectiva obrigatória para os Estados-Membros.

Em seu entender, “**uma Directiva específica para a gestão dos bio-resíduos possibilitaria uma maior clareza**, simplificação e certeza jurídica nesta matéria, assegurando a confiança a longo prazo dos investidores públicos e privados”. É que “a compilação de todas as normas dispersas relativas à gestão dos bio-resíduos numa mesma peça legislativa corresponderia, por si só, a um exercício de excelência legislativa e de melhor legislação”.

Os bio-resíduos correspondem aos resíduos de jardim biodegradáveis, resíduos alimentares e de cozinha das habitações, dos restaurantes, das unidades de catering e de retalho e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos. Por ano,



estima-se que a quantidade de bio-resíduos gerada na UE ronda os 100 milhões de toneladas.

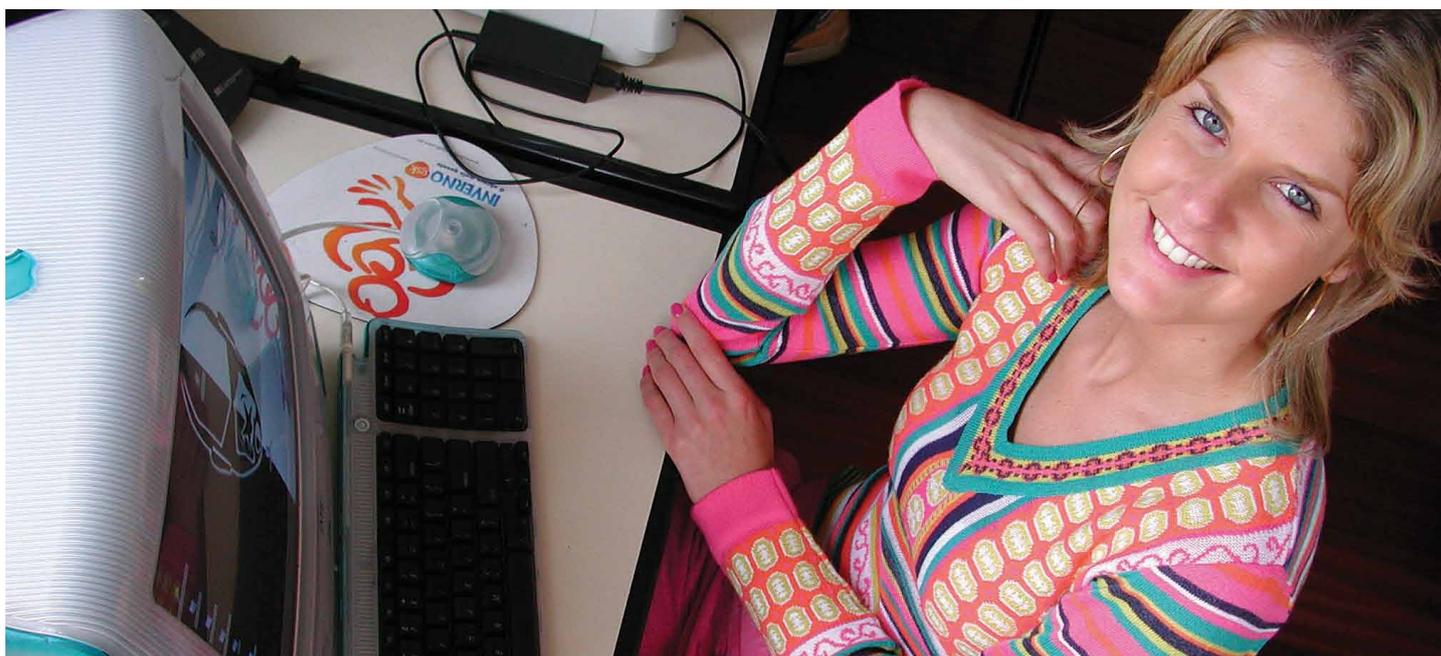
“**A valorização desta quantidade exorbitante de bio-resíduos passa pelo seu papel no combate às alterações climáticas**, e pelo seu potencial valioso como protectores do solo e de fomento à produção de energias renováveis. É ainda importante para o bom funcionamento do mercado interno, já que hoje em dia temos situações onde o composto que é produzido a partir de bio-resíduos pode ser considerado como resíduo num estado-membro e como produto noutro país da UE”, sustentou José Manuel Fernandes.

As discrepâncias no que toca ao tratamen-

to dos bio-resíduos mereceram também a atenção do eurodeputado. Em seu entender, **a recolha selectiva deve ser obrigatória** na UE. Isto, porque “a separação dos bio-resíduos de outros fluxos de resíduos permite evitar contaminações e favorecer o objectivo de obtenção de um composto de alta qualidade”.

No entanto, contrapôs que “os Estados-Membros poderão, contudo, renunciar a esta obrigação caso não seja viável ou a melhor opção do ponto de vista ambiental e económico. Quando, por exemplo, a logística da recolha selectiva não permita evitar a contaminação dos bio-resíduos ou a imposição de uma infraestrutura de recolha selectiva não se justifique do ponto de vista ambiental em zonas rurais ou escassamente povoadas”. 

Carlos Coelho e Regina Bastos voltam a questionar a Comissão Europeia sobre a violação dos direitos do consumidor pela Apple



No seguimento de uma pergunta escrita apresentada à Comissão Europeia, em Dezembro do ano passado, sobre a **violação dos direitos dos consumidores europeus** por parte da multinacional Apple e **não satisfeitos com a resposta dada pela Comissão, Viviane Reding**, Carlos Coelho e Regina Bastos, endereçaram uma nova pergunta à instituição competente por velar pela correcta aplicação do direito comunitário.

Os consumidores europeus que comprem produtos da marca Apple, no território da União Europeia são informados, aquando da compra, de que a **garantia é apenas válida por um ano** figurando a mesma informação no sítio da Apple, onde se refere: "*Limites da garantia a um 1 ano*". Muitas das vezes é proposta ao comprador a venda de uma garantia adicional da própria marca.

De acordo com a Directiva 1999/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Maio de 1999, sobre certos aspectos da venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, **o prazo de garantia dos produtos adquiridos na UE é de 2 anos**.

No dia 6 de Dezembro de 2011 os eurodeputados social-democratas, considerando haver lugar a uma grave violação das normas europeias haviam interrogado a Comissão Europeia se tinha conhecimento desta realidade, **se era conforme com o direito comunitário e se era possível uma redução do prazo geral de dois anos**.

A Comissão Europeia confirmou a regra geral dos dois anos não ajuizando sobre a informação errónea concedida pelos representantes da marca Apple no território europeu.

Note-se que a **Autoridade da Concorrência e Mercado, de Itália, condenou as três empresas** de tecnologia presentes naquele mercado, - Apple Sales internacional, Apple Itália e Apple Retail Itália, ao pagamento de uma multa de 900 mil euros pelo facto de as três subsidiárias da Apple não aplicarem a garantia legal de dois anos a cargo do vendedor.

Mais recentemente, em Espanha, a Organización de Consumidores e Usuarios (OCU) apresentou queixa contra a Apple, junto da

Direcção Geral de Consumo da comunidade de Madrid, por violação dos direitos dos consumidores por oferecer apenas uma garantia de um ano, quando, na verdade a lei impõe uma garantia de dois anos.

A OCU e o resto das organizações congéneres europeias, designadamente as de Itália, Bélgica, Portugal, Luxemburgo, Alemanha, Holanda, Polónia, Eslovénia, Dinamarca e Grécia, membros da Organização Europeia de Consumidores (BEUC), denunciaram que **existe uma clara política comercial por parte da Apple e os seus vendedores** ao informarem que os seus produtos **só têm garantia de 1 ano e que qualquer extensão de garantia deverá ser adquirida separadamente**.

Descontentes com a resposta dada pela Comissão Europeia, Regina Bastos e Carlos Coelho perguntaram à Comissão Europeia se tem conhecimento destas últimos acontecimentos e se **tenciona desencadear um processo de investigação sobre os prazos de garantia concedidos pela Apple na Europa**. [E](#)

É urgente juntar esforços para promover maior solidariedade entre gerações

Em seminário sobre “Direito de Família e Menores”, promovido por delegação da Ordem dos Advogados, o eurodeputado **José Manuel Fernandes** alerta para problemática do **envelhecimento da população**.

Face ao progressivo aumento da longevidade das pessoas e envelhecimento da população, o Eurodeputado José Manuel Fernandes apelou à concertação de esforços, envolvendo instituições e a sociedade, de forma a promover maior solidariedade entre gerações e responder aos novos desafios suscitados pela evolução demográfica.

No seminário “Direito de Família e Menores” promovido em Vila Verde pela delegação da Ordem dos Advogados, Município e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, o eurodeputado deixou um contributo para a reflexão sobre o tema, através de uma intervenção em vídeo, por se encontrar em Estrasburgo (França) onde decorria sessão plenária do plenário do Parlamento Europeu.

“É urgente um trabalho conjunto e concertado, até porque já hoje se verifica uma **elevada taxa de desemprego entre os jovens e já se sente a dificuldade de financiamento dos regimes de pensões**”, fundamentou José Manuel Fernandes, depois de ter deixado diversos números sobre a evolução demográfica no mundo, assim como na União Europeia, em Portugal e na região do Minho.

A intervenção acabaria por suscitar o repto para a discussão sobre a eventual necessidade de se instituir um estatuto jurídico especial para os idosos, à imagem do que acontece com as crianças e os menores. A ideia foi bem acolhida pelo presidente da delegação de Vila Verde da Ordem dos Advogados, António Barbosa, e pela vereadora municipal da acção social, Júlia Rodrigues Fernandes, que apontaram esta discussão temática para a próxima edição do seminário.

Referindo-se ao ano europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações, José Manuel Fernandes considerou tratar-se de uma “*invocação extremamente*

oportuna”, perante o “*actual momento particular de crise económica, com fortes repercussões sociais, e o facto da população do Planeta ter atingido o número marcante de 7 mil milhões de pessoas*”.

Em seu entender, a maior longevidade dos cidadãos, mais do que ser encarada como um obstáculo, abre “*novas oportunidades, nomeadamente no que toca à partilha de experiências, actividade profissional e intervenção social*”.

“É importante que as pessoas mais velhas possam desempenhar um papel ativo na sociedade e viver de maneira saudável, independente e preenchida. São também novos desafios que se impõem, como o emprego, a protecção social, a educação e formação, saúde e serviços sociais, alojamento e infraestruturas públicas”, explicou o eurodeputado.



“Rede de Jovens Deputados Europeus do PPE” elege nova direcção e aposta na defesa das “Bandeiras da Juventude”

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD presidiu a reunião em que foi eleita a nova direcção da “*Young Members Network*”.

Paulo Rangel, enquanto Vice-presidente do Grupo PPE, tem o pelouro da relação com os Parlamentos Nacionais. Organiza, entre outras iniciativas, as Cimeiras dos Presidentes dos Grupos Parlamentares do PPE, as Reuniões da Rede de Deputados Nacionais das Comissões de Assuntos Europeus e os Encontros da rede de Jovens Deputados do PPE.

O “*Young Members Network*” reúne os parlamentares nacionais e europeus do PPE com menos de 36 anos. Até 2014, o deputado espanhol Pablo Zalba será o coordenador da Rede. Os Vice coordenadores serão a deputada italiana Lara Comi e o deputado romeno Peter Luhan.

Pablo Zalba substituiu o deputado alemão Andreas Schwab na coordenação do Young Members Network. Andreas Schwab assumia a presidência do Young Members Network desde 2005.

Carlos Coelho abstém-se nas futuras adesões à União Europeia



O Parlamento Europeu votou em Bruxelas, um conjunto de Resoluções sobre os relatórios intercalares relativos ao ano de 2011 referentes aos progressos realizados pela Turquia, Montenegro, Kosovo e Sérvia no processo de integração europeia.

Recorde-se que todos estes países são países candidatos à União Europeia.

Carlos Coelho afirmou em Bruxelas que “a despeito dos problemas que temos e da crise que atravessamos, a UE continua a ser um modelo de estabilidade, capacidade económica, respeito pelos direitos fundamentais, vitalidade democrática e qualidade de vida. **Muitos Estados querem entrar e nenhum quer sair**”, reconhecendo “o papel que a expectativa do alargamento pode ter em estados terceiros, sendo a longa caminhada da Turquia para um estádio mais próximo de um Estado de Direito Democrático disso exemplo”.

Porém o social-democrata demonstrou algumas reservas à entrada destes países na UE

justificadas pelo momento que a Europa vive: **“Enquanto a crise perdurar e não tivermos conseguido resolver os nossos problemas institucionais (mais agilidade na decisão, reforço da governação económica, efectividade da Europa dos cidadãos) não me parece prudente prosseguir na via do alargamento.** Por isso absteve-me a 1 de Dezembro de 2011 na decisão de aprovar a entrada da Croácia na União Europeia, e agora me abstenho, de igual modo, na entrada destes países”.

Sérvia

A proposta de resolução refere que as negociações de adesão podem ter início brevemente, desde que a Sérvia continue as suas reformas, sobretudo no que se refere ao sistema judicial e ao Ministério Público. O texto congratula o acordo celebrado em fevereiro de 2012 entre Belgrado e Pristina sobre a gestão das fronteiras comuns sérvias e kosovares, mas alerta para as preocupações decorrentes dos conflitos entre soldados da OTAN e sérvios no norte do Kosovo, na segunda metade de 2011.

Kosovo

A proposta de resolução insta os cinco Estados-Membros da União Europeia que ainda não reconheceram a independência do Kosovo a fazê-lo e informa que esse reconhecimento já foi feito por 85 países. O texto reitera a importância para a UE de uma ligação ao Kosovo tendo em vista a estabilidade e a segurança na vizinhança imediata da UE. Os principais desafios para o Kosovo são o regresso dos refugiados e das pessoas deslocadas internamente, a corrupção e a situação tensa e instável no norte do país.

Montenegro

A proposta de resolução refere os “*significativos progressos*” realizados pelo Montenegro e congratula a intenção do Conselho de dar início às negociações de adesão em Junho. No entanto, o texto sublinha a necessidade de reformas, sobretudo em matéria de luta contra a corrupção e a criminalidade organizada.

Turquia

A proposta de resolução alerta para a deterioração da liberdade de imprensa, as leis que limitam a liberdade de expressão na Turquia, as acusações contra jornalistas e a excessiva duração das penas de prisão preventiva.

O texto sublinha a necessidade de um sistema judiciário moderno, independente e imparcial, que permita criar as condições necessárias ao início das negociações em matéria de justiça e direitos fundamentais, e ressalva “o papel da Turquia como fonte de inspiração para a democratização dos Estados árabes”.

A proposta de resolução “*lamenta as declarações da Turquia segundo as quais irá congelar as relações com a Presidência da União Europeia na segunda metade de 2012 se a questão cipriota ainda não estiver solucionada nessa altura*” e recorda que “*a União Europeia se baseia em princípios de cooperação leal e solidariedade mútua entre todos os seus Estados-Membros e que, como país candidato à adesão, a Turquia se deve comprometer a manter relações serenas com a União Europeia e todos os seus Estados-Membros*”.

Voos da CIA: PE reabre o processo



Carlos Coelho congratulou-se em Bruxelas com o início do processo de Follow-up dos voos da CIA.

O Deputado português tinha proposto formalmente em Dezembro de 2010 que este processo fosse iniciado mas resistências diversas dentro do Parlamento e nos Estados-Membros levaram a que só agora tivesse lugar.

Carlos Coelho propôs que se recensassem os novos desenvolvimentos e revelações relativamente às acções ilegais da CIA na Europa e que se procedesse à avaliação do grau de cumprimento ou incumprimento das Recomendações que o Parlamento Europeu aprovou em 2007.

Concordando com a Deputada holandesa liberal Sophie In't Veld que se referiu ao "muro de silêncio" o Deputado social-democrata recordou a total falta de cooperação por parte das autoridades polacas que parece persistir ainda hoje: "tivemos mais colaboração das autoridades americanas do que de alguns Estados-Membros da UE" afirmou.

O processo de Follow-up em que Carlos Coelho participa vai desenvolver-se nas Comissões das Liberdades Cívicas e dos Direitos do Homem do Parlamento Europeu sendo relatora a Deputada francesa Helene Flautre. 

Nuno Teixeira questiona Comissão Europeia sobre atrasos no POSEI

O Eurodeputado quer saber se a CE tem conhecimento desta situação e o que pode fazer para a resolver

Tendo em conta que:

- O artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia estabelece a condição de ultraperiferia das regiões europeias de Guadalupe, Guiana

estabelece as normas de execução do Regulamento número 247/2006, nomeadamente os produtos que podem beneficiar dos regimes específicos de abastecimento;

- Em Portugal, foi criado o programa POSEI Madeira com vista a apoiar a Região Autónoma na área da produção animal, produção vegetal e abastecimento;

- O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território do Governo de Portugal é responsável pela gestão do programa POSEI Madeira, não se encontrando a cumprir o prazo obrigatório de pagamento de 90 dias definidos pela legislação comunitária;

- Actualmente, as verbas em atraso totalizam 807.765,69 €, sendo 422.174,58 € relativos a 2011 e 383.591,11 € de 2012 o que acaba por originar graves situações de rotura financeira e perda de competitividade do sector empresarial regional;

Nuno Teixeira perguntou:

“ Tem conhecimento dos atrasos de pagamentos?

Pode assumir uma posição activa na defesa do sector empresarial regional? ”

Pergunta-se à Comissão:

Francesa, Martinica, Ilha da Reunião, Saint-Barthélemy, Saint-Martin, Canárias, Açores e Madeira;

- A 30 de janeiro de 2006, a CE apresentou o Regulamento número 247/2006 com vista a "estabelecer medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas da União Europeia para compensar o afastamento, a insularidade, a ultraperifericidade, a superfície reduzida, o relevo e o clima difícil, assim como a dependência de um pequeno número de produtos das regiões da UE";

- A 12 de abril de 2006, a CE apresentou o Regulamento número 793/2006 que

1 - Tem conhecimento dos atrasos de pagamentos efectuados pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território do Governo de Portugal no âmbito do programa POSEI Madeira?

2 - Que acções pode a Região Autónoma da Madeira realizar a nível europeu para instar o Governo Português a proceder aos respectivos pagamentos do programa POSEI Madeira dentro dos prazos estipulados pelos regulamentos europeus?

3 - Pode assumir uma posição activa na defesa dos interesses do sector empresarial regional?

Relatório de Nuno Teixeira sobre as Regiões Ultraperiféricas aprovado em Estrasburgo

O Eurodeputado madeirense viu o seu relatório sobre o papel da política de coesão nas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia no contexto da Estratégia Europa 2020 **aprovado por uma larga maioria dos Membros do Parlamento Europeu: 565 votos a favor, 21 abstenções e 74 votos contra**, na sessão plenária que decorre em Estrasburgo.

Nuno Teixeira, à saída dos votos, congratulou-se com o resultado da votação que considerou **“Um sinal positivo de apoio do Parlamento Europeu a uma maior atenção às Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, o que traduz um reconhecimento por parte deste das dificuldades e constrangimentos permanentes destas regiões. O relatório reúne um conjunto de propostas para melhorar o desempenho da política de coesão e também das demais políticas europeias nas Regiões Ultraperiféricas, permitindo assim contribuir para que estas possam alcançar os objectivos da Estratégia UE2020, isto é, um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”**, explica o Membro ao Parlamento Europeu.

Acrescenta que agora **“é chegado o momento, de forma construtiva e abrangente, de a nível regional se iniciar uma discussão séria sobre o tema, para delinear uma estratégia de futuro que permita efectivamente alcançar esse objectivo.”**



Nuno Teixeira recorda ainda que **“as Regiões Ultraperiféricas deverão, de acordo com a proposta da Comissão Europeia de orçamento para o período de 2014 a 2020, no que respeita à dotação específica adicional para estas regiões, receber menos 47% do que alocado durante o presente período de 2007 a 2013”** e acrescenta que **“a posição transmitida pelo relatório aprovado é de forte crítica a esta drástica diminuição das verbas, a qual é não só preocupante por si só, como não tem, de todo, devidamente em conta a realidade destas regiões”**.

Para o Eurodeputado madeirense, **“esta é uma oportunidade única de levar até à Comissão Europeia e demais instituições europeias as principais preocupações e prioridades das Regiões Ultraperiféricas, apoiando-se no seu estatuto próprio previsto no Tratado, nomeadamente tendo em conta a preparação das propostas financeiras e legislativas, no próximo período**

financeiro de 2014 a 2020. A Comissão Europeia poderá e deverá agora ter em linha de conta, na preparação da sua Comunicação sobre uma Estratégia Renovada para as Regiões Ultraperiféricas, que será publicada ainda no primeiro semestre deste ano, as questões defendidas nesta comissão parlamentar”.

“Este relatório serve também para mostrar a vontade das Regiões Ultraperiféricas em cooperar para alinhar as políticas e as medidas europeias aí implementadas com a Estratégia UE2020 acrescenta Nuno Teixeira. “É de notar que, neste mesmo documento, se critica a drástica diminuição do valor da dotação adicional para o futuro período, não esquecendo igualmente o facto de a proposta da Comissão incidir ainda sobre uma obrigação de alocar 50% deste montante à modernização e à diversificação das economias, o que dificulta bastante a realização dos objectivos visados pela UE2020” 

Futura estratégia para a bacia do Atlântico debatida no Parlamento Europeu

Na sua intervenção **Nuno Teixeira** sublinha a importância da “*economia marítima*” para o crescimento da União Europeia

O Deputado ao Parlamento Europeu, Nuno Teixeira, nomeado relator do Grupo do Partido Popular Europeu para o dossier “*Estratégia da política de coesão da UE para o Espaço do Atlântico*” no parecer da Comissão dos Transportes e Turismo, na qual é membro suplente, destacou as oportunidades para o crescimento e emprego de uma verdadeira “*economia azul*”.

Na apresentação do parecer o Deputado Madeirense “*frisou a importância da elaboração de um plano de acção até 2013, representativo dos interesses e objectivos dos Estados-Membros e das regiões, incorporando iniciativas para a criação de uma rede de projectos concretos, que possibilitem o crescimento de uma verdadeira economia azul.*” Sublinhou ainda “*que as posições para esta estratégia devem ser clarificadas no Fórum do Atlântico, a realizar ainda este ano, e que aqui as partes interessadas devem manifestar os objectivos prioritários para que esta estratégia seja bem sucedida.*”

O Deputado não pôde deixar de sublinhar “*que as Regiões Ultraperiféricas, como a Madeira, têm um papel-chave, para a internacionalização desta estratégia, como laboratórios vivos para a gestão sustentável dos oceanos, mares e zonas costeiras, uma vez que a sua localização proporciona uma oportunidade clara de acção na exploração e experimentação nas áreas das energias marinhas, da aquicultura, da pesca, da luta contra as alterações climáticas.*”

Por último, concluiu “*que a importância das auto-estradas do mar, e consequentemente, dos portos marítimos, a par dos transportes aéreos devem ser devidamente incorporados nas orientações da rede transeuropeia de transportes, como essenciais ao objectivo da coesão territorial e do acesso ao mercado único.*”

Carlos Coelho assinala o 9 de Maio referindo-se ao futuro da Europa



Por ocasião da celebração do **Dia da Europa**, 9 de Maio, o Parlamento Europeu debateu, na sessão plenária em Bruxelas, o Futuro da Europa.

Carlos Coelho recordou que “*celebramos o dia da Europa*” identificando-a como “*um projecto da construção europeia que teve início há mais de 50 anos, assente num pacto entre Nações soberanas, decididas a partilhar um destino comum e a exercer em conjunto uma parte crescente da sua soberania. Uma Europa assente em valores comuns e que quer assegurar aos seus 500 milhões de cidadãos: paz, segurança, dignidade humana, democracia, justiça, solidariedade, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.*”

Face às recentes e constantes ameaças que o projecto Europeu enfrenta, o deputado social-democrata frisou, em Bruxelas, que “*num momento em que a crise nos confronta com*

novos desafios e dificuldades importa reforçar o projecto comum porque ilusões nacionalistas conduzir-nos-iam ao isolamento e ao insucesso” acrescentando que são em momentos como este que “*há que procurar cada vez mais uma verdadeira voz comum, devolver dignidade ao princípio da solidariedade europeia, fazer face ao problema do declínio da população e em paralelo ao enorme crescimento das pressões migratórias, combater a crise económica que ainda persiste, aumentar os níveis de crescimento económico, garantir a sustentabilidade da economia europeia e reforçar a moeda única; diminuindo os elevados níveis de desemprego, com especial incidência sobre a faixa etária mais jovem.*”

Carlos Coelho concluiu afirmando que “*a Europa de que nos queremos orgulhar é a que põe em primeiro lugar as pessoas, a que não se limita ao mercado comum, a Europa dos cidadãos e do respeito pelos Direitos Humanos.*”

Regina Bastos defende limites às tarifas de telemóveis em roaming

A Eurodeputada do PSD, **Regina Bastos**, interveio no Plenário do Parlamento Europeu em Bruxelas, em defesa do novo regulamento sobre as tarifas de telemóveis cobradas aos consumidores europeus quando em roaming.

O objectivo do presente regulamento, como destacou Regina Bastos, *“é impor limites às tarifas de telemóveis cobradas aos consumidores europeus quando em roaming, com o intuito de terminar com esta prática comercial após 2016”*

Na sua intervenção, Regina Bastos, assinalou os seguintes benefícios para os consumidores europeus:

- Descida acentuada dos preços, no que se refere a chamadas, aos SMS e dados;

- Maior qualidade de informação aos consumidores;

- Entrada de novos operadores no mercado, aumentando a concorrência, melhorando os serviços e reduzindo os preços.

Regina Bastos concluiu, recordando que em breve *“será possível aos consumidores europeus terem dois contratos, uma para serviços nacionais e outro para serviços no estrangeiro, mantendo o cidadão o seu número, sendo igualmente permitido ao consumidor contratualizar com a operadora europeia que lhe oferecer os melhores preços”*. *“Este relatório é o exemplo perfeito da Europa. A Europa da liberdade de circulação e da liberdade de estabelecimento”*.



Reforço de investimento para PME e juventude pode ser reforçado com verbas que sobram das despesas administrativas

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes** lançou sugestão, durante o debate sobre orientações gerais para o orçamento 2013 da União Europeia. O objectivo é apostar no crescimento económico, no emprego e na coesão

O Eurodeputado José Manuel Fernandes **propõe um reforço de investimento da União Europeia nas PME e na promoção do emprego jovem**, através da utilização de verbas previstas em orçamento para despesas administrativas e que são excedentárias.

“As verbas que vão sobrar nas despesas administrativas, ou seja, à margem da Rubrica 5, deviam ser utilizadas para as PME e a juventude”, propôs o eurodeputado do PSD,

em defesa da **“execução de medidas para a promoção do emprego jovem”**.

A sugestão foi lançada no plenário do Parlamento Europeu, durante o debate sobre as linhas gerais de orientação para o orçamento 2013 da União Europeia, onde José Manuel Fernandes reclamou do Conselho e dos Estados-Membros mais realismo e cooperação positiva, a favor do crescimento económico, do emprego e da coesão.

Membro efectivo da comissão dos orçamentos e relator dos orçamentos das instituições da UE para 2012, José Manuel Fernandes alertou que, no âmbito da definição do plano orçamental para o próximo ano, *“seria inadmissível que os fundos da política de coesão não tivessem os montantes suficientes para os projectos dos respetivos Estados-Membros”*. Uma

situação tanto mais preocupante quando *“o actual Quadro Financeiro Plurianual está em velocidade de cruzeiro e entra na sua fase final”*.

Por isso, reclamou *“uma atitude positiva e realista do Conselho de forma a que disponibilize as verbas suficientes no que diz respeito às despesas de pagamento”*.

Segundo José Manuel Fernandes, *“o orçamento da União Europeia tem um inegável valor acrescentado e, por isso mesmo, deveria ser reforçado sobretudo em tempos de crise. Neste âmbito, é crucial o apoio à execução de medidas específicas, um esforço orçamental redobrado para apoiar a competitividade, a inovação e as Pequenas e Médias Empresas já que é nelas que reside a maior parte do potencial económico da União Europeia”*.

Patrão Neves lança concurso "Slogotipa-te"

O Parlamento Europeu e o Conselho, na sua Decisão n.º 940/2011/EU, de 14 de Setembro de 2011, designaram 2012 como o "**Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações**", uma iniciativa que se saúda pela consonância com a evolução da realidade demográfica e social da União Europeia.

Com efeito, nas sociedades europeias, em que a esperança média de vida é cada vez mais dilatada e, por isso, a população idosa se torna cada vez mais numerosa, urge promover o envelhecimento activo como meio de favorecer a saúde psicológica e física dos mais velhos, e assim igualmente o seu bem-estar. Desta forma, o idoso sente também mais intensamente a sua plena pertença à sociedade para a qual, aliás, continua a contribuir de modo diferenciado ao longo da sua vida.

É nesta sociedade inclusiva, que não marginaliza os seus cidadãos mais idosos, mas antes beneficia dos conhecimentos destes consolidados pela experiência da vida, que também a solidariedade entre gerações pode ganhar uma genuína expressão. Assim se promove o bem-comum e se respeita a dignidade incondicional do ser humano.

Não podendo ficar alheia a esta importante causa social, considerei divulgá-la e promovê-la a partir da organização das "**Olimpíadas do Envelhecimento Activo**", privilegiando a dinâmica do envelhecimento, mas também, pelo actual concurso, privilegiando desta feita a dinâmica da solidariedade social. O "**Slogotipa-te**" é um concurso para a elaboração do logótipo e de um slogan regional para este ano europeu, tendo também como objectivo último, continuar a divulgar "**Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações**" por todas as idades de forma a estimular a solidariedade entre gerações.

O concurso "**Slogotipa-te**" consiste num desafio dirigido a pessoas que, com uma diferença mínima de duas gerações (50 anos) entre si, constituam uma equipa que venha a idealizar a "**solidariedade entre as gerações**", da criação de um logótipo e de um slogan sobre este Ano Europeu que celebramos em 2012.

Organização

Esta iniciativa é organizada pelo Gabinete da Eurodeputada Patrão Neves.

Objectivos

Este concurso destina-se a celebrar e a promover o "Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações" e é dirigido a pessoas residentes nos Açores.

Divulgação

A informação sobre o concurso "Slogotipa-te" será:

- divulgada à comunicação social açoriana;
- apresentada no site <http://www.patraoneves.eu>

Participantes

Podem participar no presente concurso, equipas de duas pessoas que estejam separados por 50 anos de diferença, familiares ou não, residentes nos Açores.

A participação no Concurso implica a aceitação tácita e na íntegra do presente regulamento. Qualquer equipa participante poderá apresentar um número ilimitado de trabalhos a concurso, sendo apenas considerados os trabalhos que apresentem em simultâneo o logotipo e o slogan, entregando no entanto cada conjunto de trabalhos separadamente.

Logotipo e slogan

O logotipo e o slogan a concurso terão que ser inéditos, da autoria dos participantes, com composição gráfica livre, podendo ser em formato digital ou digitalizado e não estar protegido contra a edição.

Recepção de trabalhos

Os trabalhos podem ser recebidos por e-mail para assistentelocal@gmail.com

Os trabalhos a concurso terão de ser recebidos impreterivelmente até às 23:59 horas do

dia 15 de Julho de 2012, tendo o concurso início a 01 de Maio.

Da entrega do trabalho, deve constar:

- logotipo e slogan em suporte digital ou digitalizado;
- contacto de endereço(s) electrónico(s), nomes dos participantes e comprovativo de idade;

Júri

O Júri do Concurso é composto por 5 elementos da área da comunicação social, de quatro ilhas dos Açores, nomeadamente dois de São Miguel, um da Terceira, um do Faial e um do Pico.

O Júri poderá não atribuir o prémio previsto neste regulamento, se entender que os trabalhos apresentados não se enquadram nessa atribuição.

A deliberação do Júri será comunicada, formalmente, aos premiados e dada a conhecer a todos os demais concorrentes e ao público em geral através do site: www.patraoneves.eu

Prémios

Ao par primeiro classificado, será possibilitada uma viagem, a cada um dos membros do par, a Bruxelas, com visita ao Parlamento Europeu.

Poderão, caso o Júri assim o entenda, ser atribuídas menções honrosas.

Disposições Finais

Com a atribuição do 1º Prémio consideram-se pagos os Direitos de Autor devidos, ficando o trabalho vencedor património do concurso.

A participação neste concurso implica a cedência imediata dos direitos de autor de qualquer trabalho.

A resolução de situações omissas no presente Regulamento é da exclusiva responsabilidade do Júri do Concurso.

Das deliberações do Júri não cabe recurso.

Patrão Neves exige a ponderação de critérios biofísicos e socioeconómicos

A Eurodeputada **Patrão Neves** interveio na sessão Plenário do Plenária do Parlamento Europeu, no âmbito da polémica questão da redefinição das **Zonas Desfavorecidas da União Europeia**, para defender a ponderação de critérios socioeconómicos a par dos já previstos e necessários critérios biofísicos.

A redefinição das Zonas Desfavorecidas é um tema muito controverso porque cada Estado-Membro tenta aumentar esta sua área, ou pelo menos mantê-la, de modo a manter ou a aumentar os valores de financiamento majorado destinado a estas zonas no âmbito da Política Agrícola Comum.

Para a Eurodeputada **“a identificação das Zonas Desfavorecidas é absolutamente fundamental para o cumprimento do modelo europeu de agricultura que a PAC representa na medida em que estabelece níveis de ajuda decorrentes de uma discriminação positiva de forma a viabilizar e promover a produção agrícola em todo o território da UE. Assim se garante também a vitalidade das zonas rurais e se previne o abandono das terras e o seu despovoamento. É por este motivo que se exigem que esta identificação esteja finalizada antes da reforma da PAC, de modo a perceber, com cálculos reais, rigorosos e objetivos, quanto cada EM ganha e perde com esta reforma”**, reconhecendo que esta é uma questão muito polémica e de grande melindre político, pois envolve verbas muito significativas atribuídas anualmente pela UE a vários EM.

A Comissão Europeia quando, na sua Comunicação de Abril de 2009, apresentou os critérios para a reavaliação das Zonas Desfavorecidas referiu-se apenas a critérios biofísicos. Para Patrão Neves, porém, os critérios a implementar devem ser mais amplos, considerando nomeadamente a possibilidade de parâmetros biofísicos acumulados, combinando critérios



físicos (solo, clima, etc.), geográficos (isolamento, distância, etc.) e de produção (proporção das pastagens, densidade de animais, etc.). Além disso, a eurodeputada afirma que **“lamentavelmente, a proposta da Comissão, de Abril de 2009, evidencia uma total ausência de referências a desvantagens geográficas como o isolamento, a dispersão da exploração agrícola, a distância a partir dos centros de consumo, a distância dos centros de decisão e de serviços. Estes aspectos são extremamente relevantes para os Açores, como região ultraperiférica, composta por nove ilhas dispersas no Atlântico. Simultaneamente importa que a avaliação das Zonas Desfavorecidas seja bastante detalhada, acautelando um elevado nível de subsidiariedade na definição dos critérios, que não podem ser só biofísicos mas têm também**

de envolver os socioeconómicos considerando limites de valores ajustados às características de cada Estados-Membros, e respeitando as especificidades das suas regiões”. Para a nossa Região, esta questão é ainda mais pertinente pois está directamente relacionada com a reforma da PAC, no âmbito da qual **“os E.M. que perdem com a redistribuição vão tentar recuperar o máximo ao nível do segundo pilar que inclui as zonas desfavorecidas. É aqui que devemos ser irredutíveis na defesa dos nossos interesses”**.

A finalizar a sua intervenção, Patrão Neves afirmou que **“para além de uma reformulação mais cuidadosa dos critérios é necessário um período de transição suficiente para uma melhor adaptação ao novo regime de apoio para as áreas desfavorecidas”**.